



Universidade Federal do Ceará
Unidade Acadêmica

Departamento de Estudos Especializados

PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

Ano/Semestre
2022.2



1. Identificação					
1.1. Unidade: Faculdade de Educação					
1.2. Curso: Pedagogia					
1.3. Nome da Disciplina: Educação Especial					
1.4. Código da Disciplina: PD0104					
1.5. Caráter da Disciplina: (x) Obrigatória () Optativa					
1.6. Regime de Oferta da Disciplina: () Semestral () Anual () Modular					
1.7. Carga Horária (CH) Total: 64	C.H. Teórica: 48 h	C.H. Prática: 16 h	C.H. EaD: -	C.H. Extensão:	C.H. Prática como componente curricular – PCC ¹ (apenas para cursos de licenciatura):
1.8. Pré-requisitos (quando houver):					
1.9. Co-requisitos (quando houver):					
1.10. Equivalências (quando houver): PD0019 - Introdução a Educação Especial PD0089 – Educação Especial					
1.11. Professores (Nomes dos professores que ofertam): Robéria Vieira Gomes Francisca Geni Lustosa					
2. Justificativa					
Na contemporaneidade, a educação especial vivencia momentos de mudanças e transformações no seu fazer pedagógico e na sua atuação junto as escolas regulares. A partir da LDB 9394/96 a					

1 O registro da carga horária de PCC deve ser realizado apenas como informação da característica do componente, sem ser somada com os demais elementos (CH prática, teórica, EAD e extensão), visto que a PCC pode estar diluída em qualquer um desses.

ATENÇÃO! As informações a serem preenchidas neste formulário devem ser exatamente iguais àquelas constantes no formulário de criação/regulamentação da disciplina aprovado pela Câmara de Graduação.

Educação Especial passou a ser uma Modalidade de Ensino que perpassa todos os níveis de ensino e todas as outras modalidades, tornando-se um sistema de ensino inclusivo. Para a efetivação dessa proposta educacional é essencial uma mudança de paradigma na formação dos professores, principalmente na sua formação inicial que aborde temas essenciais para uma reflexão, ação e construção do fazer pedagógico para uma educação especial na perspectiva inclusiva. A inclusão de alunos da Educação Especial demanda outra perspectiva educacional ainda não vivenciada. O discurso da educação tem como foco a inclusão dos alunos da educação especial na escola. De acordo com Ferreira e Guimarães (2003, p. 117) “[...] a inclusão é uma força cultural para a renovação da escola, mas, para ter sucesso, as escolas devem tornar-se comunidades conscientes”, ou seja, saber compreender os aspectos que envolvam o desenvolvimento e a aprendizagem desses alunos. Nesse contexto, a formação do professor pressupõe embasamento teórico e práticas pedagógicas que permitam a participação ativa de alunos da educação especial na escola regular e nos serviços oferecidos por essa modalidade de ensino. A disciplina propõe por meio de estudos teóricos e atividades de campo, familiarizar o aluno com embasamento teórico e práticas educativas realizados nos serviços oferecidos pela Educação Especial nas escolas públicas.

3. Ementa

A história, os princípios e fundamentos da educação especial e da inclusão escolar e suas bases legais. A educação especial no contexto da sociedade e da escola pública brasileira; políticas e desafios atuais; Os serviços de apoio à inclusão escolar para os alunos da educação especial, princípios e metodologia do atendimento educacional especializado, a tecnologia assistiva na sala de recurso multifuncional.

4. Objetivos – Geral e Específicos

Conhecer a história, os princípios e fundamentos da educação especial e da inclusão escolar e suas bases legais.

Compreender as atribuições da Educação Especial e da inclusão escolar a luz das diretrizes da política orientada pelo Ministério de Educação do Brasil.

Identificar as atribuições e especificidades da educação especial e da educação inclusiva na formação do professor.

Analisar o papel da educação especial no contexto da escola pública brasileira e nas redes públicas de ensino.

Conhecer o atendimento educacional especializado realizado na rede municipal de Fortaleza e sua implicação para a inclusão escolar.

Planejar e realizar atividades práticas de atendimento educacional especializado visando o desenvolvimento, a aprendizagem e a inclusão de alunos público alvo da educação especial.

5. Descrição do Conteúdo/Unidades

Carga Horária

Unidade 1

- ✓ Breve História da Educação Especial no Brasil.
- ✓ Política de educação especial e a política de inclusão escolar na formação do professor
- ✓ Identidade e diferenças na escola
- ✓ A educação especial na rede pública de ensino e na escola brasileira.

Unidade 2

- ✓ O atendimento educacional especializado- AEE- como serviço de apoio à inclusão escolar.
- ✓ O atendimento educacional especializado na rede pública de ensino de Fortaleza.

Unidade 1- 16 h

Unidade 2 – 16 h

ATENÇÃO! As informações a serem preenchidas neste formulário devem ser exatamente iguais àquelas constantes no formulário de criação/regulamentação da disciplina aprovado pela Câmara de Graduação.

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação do processo de aprendizagem e da inclusão do aluno público alvo da educação especial. ✓ Gestão do processo de aprendizagem do aluno público alvo da educação especial na escola. <p>Unidade 3</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Acompanhamento do aluno público alvo da educação especial na sala de recursos multifuncionais e sala de aula do ensino comum. ✓ Interlocução do atendimento educacional especializado com o ensino comum e com a família do aluno. ✓ O uso da tecnologia assistiva na sala de recursos multifuncionais. <p>Unidade 4</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ O atendimento educacional especializado: estudo de caso e elaboração do plano de AEE. 	<p>Unidade 3 – 16 h</p>
---	-------------------------

03
AUX

6. Metodologia de Ensino

- ✓ Exposição oral, discussão de textos, exposição e discussão de filme e vídeos, estudo dirigido, seminários, visita e observação em escolas e instituições que realizem o atendimento educacional especializado, análise e discussão de um estudo de caso e de um plano de AEE e elaboração do relatório de aprendizagem da disciplina.

7. Atividades Discentes

8. Avaliação

- ✓ Pela participação (contribuição nas discussões, assiduidade, questionamentos e interesse) em sala de aula;
- ✓ Pelo desempenho nos estudos dirigidos e nos fichamentos;
- ✓ Pela apresentação do relatório de visitas e do seminário;
- ✓ Avaliação escrita dos conteúdos específicos da disciplina.

9. Bibliografia Básica e Complementar

BRASIL, BRASIL, Ministério da Educação. Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução 04/2009. Institui o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Especial, 2009.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. NOTA TÉCNICA Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. . Brasília: MEC/

ATENÇÃO! As informações a serem preenchidas neste formulário devem ser exatamente iguais àquelas constantes no formulário de criação/regulamentação da disciplina aprovado pela Câmara de Graduação.

Adriana Maria de Sousa
Secretaria

Departamento de Estudos Especializados

AUX



Secretaria de Educação Especial, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. Nota técnica nº 02/2015. Orientações para organização da oferta do AEE na Educação Infantil. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Especial, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. NOTA TÉCNICA Nº 25 / 2016 / DPEE / SECADI / MEC. Orientações para o acolhimento dos bebês com microcefalia pela educação infantil. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Especial, 2016.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015.

BERSCH, R. de C. R.; SARTORETTO, M. L. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. V. 6 (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).
CARVALHO, R. E. A Instituição/Escola de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Desenho Contemporâneo. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.3, n.1, p. 3-13, Jan.-Jun., 2016

CEARÁ. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 456/2016. Fixa normas para a Educação Especial e para o Atendimento Educacional Especializado – AEE - dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD, Altas Habilidades/Superdotação no âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Ceará.

FORTALEZA. Conselho Municipal de Educação de Fortaleza – CE. RESOLUÇÃO Nº 010/2013. Estabelece normas para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e para o atendimento educacional especializado dos estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação nas etapas e demais modalidades da educação básica, públicas e privadas (educação infantil), pertencentes ao Sistema Municipal de Educação de Fortaleza.

GOMES, A. L. L.; POULIN, J.R; FIGUEIREDO, R. V. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: o atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência intelectual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. V. 2 (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).
GOMES, R. V.B.; FIGUEIREDO, R. V.; SILVEIRA, S. M. P.; CAMARGO, A. M. F.; Política de Inclusão escolar e estratégias pedagógicas no atendimento educacional especializado. Fortaleza: UFCE; Brasília: MC&C, 2016.

MANTOAN. M. T. E. Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

MENDES, E. G.. Breve histórico da educação especial. Revista Educación y Pedagogia, vol. 22, n.57, mayo-agosto, 2010
ROPOLI, E. A;

MANTOAN, M. T. E; SANTOS, M. T. C. T; MACHADO, R. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. V. 1 (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

Bibliografia Complementar

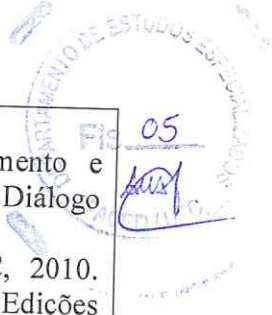
BATISTA, C. A. M; MANTOAN, M. T. E. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. 2 ed. Brasília: MEC / SEESP, 2006. Cá entre nós, Aprimoramento Institucional para a escola inclusiva. Campinas: Unicamp, 2000.

FIGUEIREDO, R.V; BONETI, L.W; POULIN, J.R. Org. Novas Luzes sobre a Inclusão Escolar. Fortaleza: UFC, 2010, p.17-50.

FIGUEIREDO, R. V. F. Políticas de inclusão-escola – gestão da aprendizagem na diversidade. In: Rosa, D. E. G. e Souza, V. M. org. Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e

ATENÇÃO! As informações a serem preenchidas neste formulário devem ser exatamente iguais àquelas constantes no formulário de criação/regulamentação da disciplina aprovado pela Câmara de Graduação.

Wlteriana Maria de Souza
Secretaria
Departamento de Estudos Especializados



formação de professores. Rio de Janeiro: DPA, 2002.

FIGUEIREDO, R. V. O ato pedagógico como possibilidades de prazer, engajamento e significado: possibilidades de inclusão no contexto da exclusão social. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, n. 17, PUCPR, jan. / abr. 2006.

FIGUEIREDO, R. V.(org). Escola , diferença e inclusão. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FIGUEIREDO, R. V. et all. (Orgs) Novas Luzes sobre a inclusão escolar. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.) Políticas e práticas de educação inclusiva. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

GIACOMINI, L; BERSCH, R. de C. R; SARTORETTO, M. L. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. V. 7 (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M. (Org.) Prática Pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2013.

MANTOAN, M. T. E.; SANTOS, M. T. C. T. Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios. São Paulo: Moderna, 2010.

MELO, A. M; PUPO, D. T. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: livro acessível e informática acessível. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. V. 8 (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

POULIN, J-R. Quando a Escola Permite a Contribuição no Contexto das Diferenças. In:

10. Parecer

Aprovação do Colegiado do Departamento

____/____/____

Assinatura da Chefia do Departamento

Aprovação do Colegiado de Coordenação do Curso

____/____/____

Assinatura do Coordenador

Viriana Maria de Sousa
 Secretária
 Departamento de Estudos Especiais

(Signature)

ATENÇÃO! As informações a serem preenchidas neste formulário devem ser exatamente iguais àquelas constantes no formulário de criação/regulamentação da disciplina aprovado pela Câmara de Graduação.